

Aula 00

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

07 de Agosto de 2025

Índice

1) Apresentação	3
2) O que é - Princípios, Conceito e fontes... - Instituto AOCF - Único	6
3) Roteiro de Revisão - Princípios, Conceitos e Fontes do Direito Penal	7
4) Aposta Estratégica - Princípios, Conceitos e Fontes do Direito Penal	14
5) Questões Estratégicas - Princípios, Conceitos e Fontes do Direito Penal - AOCF	16
6) Questões Estratégicas - Princípios, Conceitos e Fontes do Direito Penal - Multibancas	18
7) Questionário de Revisão - Princípios, Conceitos e Fontes do Direito Penal	30
8) Lista de Questões Estratégicas - Princípios, Conceitos e Fontes do Direito Penal - AOCF	33
9) Lista de Questões Estratégicas - Princípios, Conceitos e Fontes do Direito Penal - Multibancas	35
10) Referências Bibliográficas	43



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Fala, pessoal! Tudo certo com vocês?

Meu nome é **Eduardo Alberi**, e, com imensa satisfação, serei o seu analista do **Passo Estratégico**!

Para que você conheça um pouco sobre mim, segue uma breve apresentação:



*Analista do Passo Estratégico para as disciplinas de **Direito Penal**, **Criminalística**, **Segurança de Dignatários** e **Legislação Extravagante**.*

*Sou coach/mentor do Estratégia Concursos há mais de 6 anos. Além disso, trabalho na organização de diversas **Trilhas Estratégicas**, em especial as voltadas aos concursos da **área policial**.*

*Atualmente sou **Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal** desde 2019. Antes de me tornar perito, exerci o cargo de **Papiloscopista da PCDF** por cinco anos e de **Analista do Banco Central** (também por cinco anos). Ademais, fui aprovado nos concursos de **Analista de Comércio Exterior do MDIC**, e **Auditor de Finanças e Controle da STN** e diversos outros concursos*

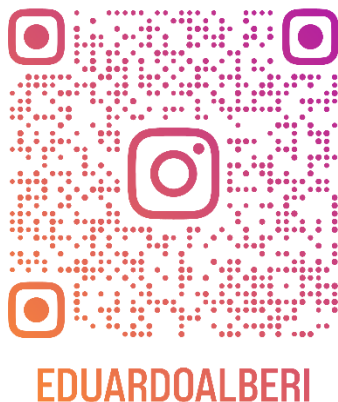
menos concorridos.

Sou bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília e bacharel em Direito (UniProcessus).

Pois bem, com o **Passo Estratégico**, tenho convicção de que nossos relatórios e simulados proporcionarão uma preparação diferenciada aos nossos alunos!

Vamos nessa!

Me siga no Instagram  @eduardoalberi



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](https://www.instagram.com/passoestrategico)

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!



O QUE É MAIS COBRADO NO ASSUNTO

A análise a seguir refere-se a uma amostra de **17 questões**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOC**P para **nível médio e superior** no período de **2018 a 2025**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança
	Instituto AOCP
Princípios da Legalidade e Anterioridade	17,65%
Princípios Constitucionais de Direito Penal	35,29%
Princípios Modernos de Direito Penal	5,88%
Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal	41,18%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Antes de iniciarmos a revisão dos principais princípios do Direito Penal, é importante que lembremos conceitualmente cada um deles, tomando como base a Constituição Federal e o Código Penal

1 – Princípios constitucionais do Direito Penal

De início de avançarmos sobre os princípios constitucionais aplicados ao Direito Penal, convém saber o próprio conceito de princípio.

Os **princípios** estão associados às normas fundamentais que norteiam os estudos, as aplicações, padrões de conduta etc., a serem seguidos em um campo do saber. São pontos considerados iniciais para determinado assunto.

No Direito Penal, o termo "princípio" se refere a fundamentos ou diretrizes básicas que orientam a aplicação das leis penais. Eles servem como limites e garantias para assegurar que o poder punitivo do Estado seja exercido de forma justa e equilibrada.

Os princípios constitucionais do Direito Penal são extraídos diretamente da Constituição Federal e vão nortear todas as demais normas relativas ao Direito Penal

Princípio da Legalidade

O Princípio da Legalidade, no Direito Penal, determina que nenhum fato pode ser considerado crime sem que haja uma lei prévia que o defina como tal. Isso significa que as pessoas só podem ser punidas por condutas que já estavam tipificadas como crime no momento em que foram praticadas, garantindo segurança jurídica.

O Princípio da Legalidade inclui a o **Princípio da Reserva Legal**, segundo a qual apenas leis em sentido estrito (criadas pelo Legislativo) podem estabelecer crimes e penas, sendo vedada a criação de crimes por medidas provisórias, exceto em casos que beneficiem o réu.

As normas penais em branco também se relacionam a esse princípio, distinguindo-se entre homogêneas (criadas pelo mesmo órgão) e heterogêneas (criadas por órgãos distintos, como a Portaria n. 344/98 da Anvisa, que dispõe sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial).

A **analogia benéfica** ao réu (*in bonam partem*) é permitida, enquanto a **interpretação extensiva** que prejudica o réu (*in malam partem*) pode ser aceita pelo STF em alguns casos.



Além disso, o Princípio da Legalidade também abarca o **Princípio da Anterioridade da Lei Penal**, que estabelece que a lei penal que define um crime ou comina uma pena deve ser anterior ao fato criminoso. Em outras palavras, ninguém pode ser punido por uma conduta que só foi considerada criminosa por uma lei editada posteriormente ao ato. Isso reforça o caráter protetor da legislação penal, impedindo a criação retroativa de crimes.

Princípio da Irretroatividade da Lei Penal

A regra geral é que a lei penal não retroage para prejudicar, mas **pode retroagir para beneficiar o réu**. Isso ocorre em situações como a diminuição da pena, *abolitio criminis* (quando a conduta deixa de ser crime) ou a extinção de qualificadoras.

Mesmo que a sentença condenatória tenha transitado em julgado, a lei penal mais benéfica deve ser aplicada retroativamente. Esse princípio está previsto no art. 5º, XL da CRFB/88 e no art. 2º, § único do Código Penal.

Art. 5º, XL da CRFB/88: A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Art. 2º, § único do Código Penal: A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Princípio da Individualização da Pena

A individualização da pena é um princípio que garante que cada réu seja punido de forma proporcional à gravidade do crime que cometeu, à sua conduta e às circunstâncias pessoais. Esse processo ocorre em três fases: legislativa (quando a lei define as penas), judicial (quando o juiz aplica a pena ao caso concreto) e administrativa (quando se executa a pena, levando em conta, por exemplo, a progressão de regime).

Princípio da Intranscendência da Pena

De acordo com o Princípio da Intranscendência, a pena não pode ultrapassar a pessoa do condenado, ou seja, ninguém pode ser punido por um crime cometido por outra pessoa. Isso inclui a proibição de transmitir penas para familiares ou terceiros, mesmo que tenham algum vínculo com o condenado. Esse princípio está previsto no art. 5º, XLV da Constituição Federal:

Art. 5º, XLV: Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Princípio da Humanidade

O Princípio da Humanidade veda penas que violem a dignidade humana, como penas cruéis, desumanas ou degradantes. A Constituição Federal, no art. 5º, XLVII, veda penas de morte (**salvo em casos excepcionais como guerra declarada**), de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis, garantindo que o sistema penal respeite os direitos fundamentais.

Art. 5º, XLVII: Não haverá penas:



- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis.

Princípio da Presunção de Inocência

Previsto no art. 5º, LVII da Constituição Federal, o Princípio da Presunção de Inocência estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Embora esse princípio proteja o acusado durante todo o processo penal, prisões cautelares (como a prisão preventiva) **não violam a presunção de inocência**.

Art. 5º, LVII, CF: Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.



JURISPRUDÊNCIA

➡ **Súmula 444 do STJ:** *É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.*

Essa súmula reforça que inquéritos ou processos sem condenação definitiva não podem ser usados para agravar a pena-base e nem sofrer consequência em relação a eles.

Princípio do Ne Bis In Idem

O Princípio do Ne Bis In Idem impede que uma pessoa seja punida mais de uma vez pelo mesmo fato ou conduta. Isso significa que o indivíduo não pode ser processado ou condenado novamente por um crime já julgado, seja no âmbito administrativo ou judicial, garantindo segurança jurídica e proteção contra perseguições arbitrárias.



Princípio da Bagatela

O **Princípio da Bagatela**, também conhecido como **Princípio da Insignificância**, estabelece que o Direito Penal não deve se ocupar de infrações cuja ofensa ao bem jurídico seja mínima, ou seja, onde o dano ou perigo causado é tão insignificante que não justifica a intervenção punitiva do Estado. Este princípio é baseado no entendimento de que o Direito Penal deve ser a **ultima ratio** (última opção) para a solução de conflitos sociais e, por isso, não deve ser aplicado em situações em que o fato é irrelevante sob a ótica do ordenamento jurídico.

Para que o princípio da insignificância seja aplicado, a jurisprudência exige alguns requisitos, como: mínima ofensividade da conduta do agente, ausência de periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão ao bem jurídico.

Devido à importância, vamos sintetizá-lo em um quadro:



JURISPRUDÊNCIA

👉 **STF:** O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que, para o reconhecimento da atipicidade material, ante a aplicação do princípio da insignificância, devem concorrer os seguintes requisitos:

- a) mínima ofensividade da conduta do agente;**
- b) ausência de periculosidade social da ação;**
- c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e**
- d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.**

(AgRg no REsp n. 1.966.873/SC, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 18/12/2023, DJe de 20/12/2023.)

Um exemplo clássico é o furto de objetos de valor irrisório, como alimentos ou objetos de valor muito pequeno, onde o prejuízo causado à vítima é insignificante. Suponha o caso de alguém que furta um pacote de arroz de um supermercado, cujo valor é inferior a R\$ 50,00, e não há violência ou ameaça envolvida. Nesse caso, o princípio da bagatela poderia ser aplicado para afastar a tipicidade penal, com o entendimento de que a intervenção do Direito Penal seria desproporcional diante da insignificância do dano causado.





2 – Conceito e fontes do Direito Penal

O **Direito Penal** é definido como o ramo do direito público que **estabelece as infrações penais (crimes e contravenções)** e **determina as penas** ou medidas de segurança aplicáveis a quem viola as normas jurídicas.

Ele tem como objetivo **proteger os bens jurídicos essenciais** à convivência social, como a vida, a liberdade, o patrimônio e a dignidade humana, utilizando a pena como forma de sanção para aqueles que cometem infrações penais.



Além disso, o Direito Penal é visto como um **instrumento de controle social**, devendo ser aplicado apenas quando necessário (princípio da intervenção mínima) e em conformidade com os princípios constitucionais, como o da **legalidade** e da **dignidade da pessoa humana**.

Em relação às **fontes do Direito Penal** podem ser classificadas em **fontes materiais** e **fontes formais**, sendo ambas essenciais para a compreensão e aplicação do Direito Penal.

1. Fontes Materiais

As fontes materiais do Direito Penal dizem respeito à **origem do conteúdo normativo**, ou seja, quem tem o poder de **criar** as normas penais.

- **União:** No Brasil, apenas a **União** tem competência para legislar sobre Direito Penal, conforme estabelecido pelo artigo 22, inciso I, da Constituição Federal. Assim, o **Poder Legislativo** (Congresso Nacional) é a principal fonte material do Direito Penal, responsável por criar as leis penais.
- **Medidas Provisórias:** Em situações específicas, o **Poder Executivo** também pode ser uma fonte material, ao editar **Medidas Provisórias** com força de lei, desde que não criem crimes ou agravem penas, exceto para beneficiar o réu.

2. Fontes Formais

As fontes formais referem-se à **forma pela qual as normas penais se manifestam e são conhecidas**. As fontes formais podem ser divididas em imediatas (diretas) e mediatas (indiretas).

Fontes Formais Imediatas (diretas):

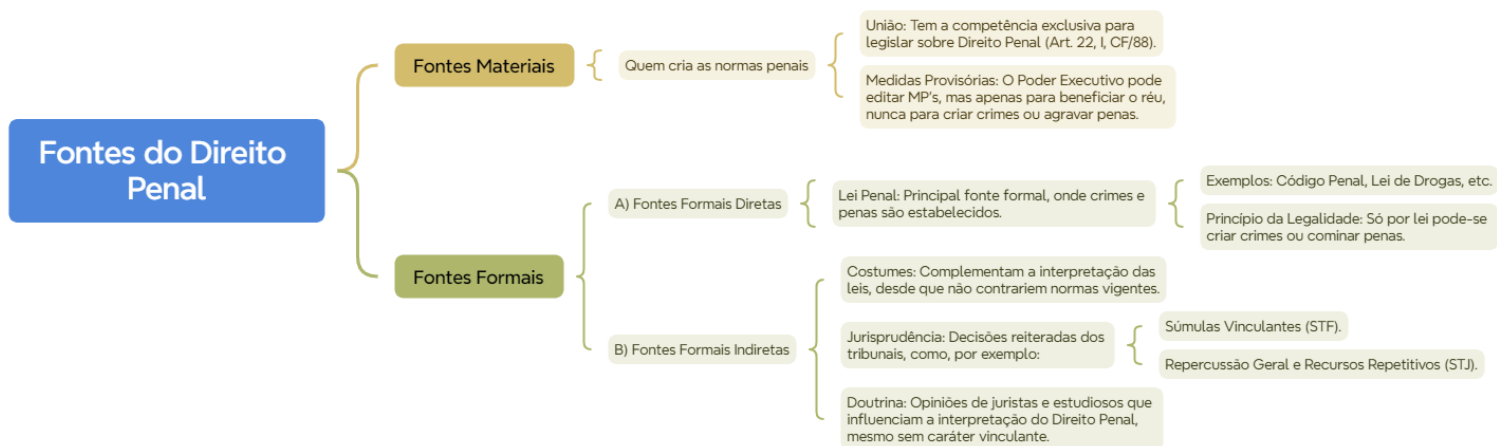
- **Lei Penal:** A **lei em sentido estrito** é única fonte formal imediata do Direito Penal. A Constituição Federal exige que apenas por meio de lei ordinária ou lei complementar podem ser criados crimes e penas (princípio da legalidade).
 - Exemplo: O **Código Penal** e a **Legislação Penal Especial** (como a Lei de Drogas) são exemplos de leis penais.

Fontes Formais Mediatas (indiretas):

- **Costumes:** Embora não criem diretamente crimes ou penas, os costumes podem atuar como fontes complementares para a interpretação das leis penais, desde que não contrariem as disposições legais.
- **Jurisprudência:** As decisões reiteradas dos tribunais, especialmente as **súmulas vinculantes** do STF e as decisões em **repercussão geral** ou **recursos repetitivos** do STJ, também são fontes indiretas.
- **Doutrina:** A opinião dos juristas e estudiosos do Direito Penal, embora não tenha força vinculante, influencia a aplicação e interpretação das normas penais pelos tribunais.

Em resumo, as **fontes materiais** apontam quem cria o Direito Penal (principalmente o **Poder Legislativo**), enquanto as **fontes formais** determinam como o Direito Penal se manifesta, sendo a **lei** a única fonte formal direta.





APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



Os **Princípios Constitucionais de Direito Penal** é um dos assuntos mais explorados pelas bancas examinadoras nesta aula.

Devido a isso, é muito importante saber diferenciá-los e, para ajudar na memorização das principais características, veja o quadro abaixo:

Princípio	Definição	Base Legal
Princípio da Legalidade	Nenhum crime ou pena sem prévia cominação legal. Abarca o princípio da reserva legal e da anterioridade penal.	Art. 5º, XXXIX, CF/88; Art. 1º, CP
Princípio da Anterioridade Penal	A lei penal deve ser anterior ao fato criminoso.	Art. 5º, XXXIX, CF/88; Art. 1º, CP
Princípio da Irretroatividade	A lei penal não retroage, salvo para beneficiar o réu. Aplica-se retroativamente apenas quando a lei é mais benéfica ao réu.	Art. 5º, XL, CF/88; Art. 2º, CP

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.

Princípio	Definição	Base Legal
Princípio da Individualização da Pena	Garante a proporcionalidade da pena com base nas circunstâncias do crime e do réu.	Art. 5º, XLVI, CF/88
Princípio da Intranscendência	A pena não pode ultrapassar a pessoa do condenado. A obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores.	Art. 5º, XLV, CF/88
Princípio da Humanidade	Veda penas cruéis, desumanas ou degradantes. Proíbe penas como a morte (salvo em guerra), perpétua, trabalhos forçados, banimento e cruéis.	Art. 5º, XLVII, CF/88
Princípio da Presunção de Inocência	Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Prisões cautelares não violam esse princípio.	Art. 5º, LVII, CF/88
Princípio do Ne Bis In Idem	Proíbe que alguém seja punido mais de uma vez pelo mesmo fato.	Implícito no ordenamento jurídico
Princípio da Bagatela	O Direito Penal não deve se ocupar de infrações insignificantes, sem ofensa relevante ao bem jurídico protegido.	Jurisprudência (STF e STJ)

QUESTÕES COMENTADAS



1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024) Manuel é legislador federal e, impactado com determinados crimes cibernéticos que ocorrem na sociedade, decide apresentar um projeto de lei para a criação de um novo tipo criminoso assim preceituado: "causar perplexidade na internet". A pena do delito varia de um a três anos de detenção. Sobre esse projeto, é correto dizer que ele pode violar o princípio penal da:

- a) moralidade.
- b) anterioridade.
- c) taxatividade.
- d) irretroatividade.
- e) subsidiariedade.

Comentários:

Letra A – Incorreta: O princípio da moralidade não é um princípio penal aplicável à tipificação de crimes, mas sim um princípio do direito administrativo. O problema da norma proposta por Manuel não tem relação com a moralidade.

Letra B – Incorreta: O princípio da anterioridade (art. 5º, XXXIX, da CF) determina que uma conduta só pode ser punida se houver previsão legal anterior à sua prática. Contudo, o problema da norma proposta não está em sua retroatividade, mas sim na sua falta de clareza.

Letra C – Correta: O princípio da taxatividade (ou da determinação) exige que as normas penais sejam claras e precisas. O tipo penal criado por Manuel ("causar perplexidade na internet") é excessivamente vago e subjetivo, permitindo interpretações amplas e insegurança jurídica, o que viola esse princípio.

Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.



Letra D – Incorreta: O princípio da irretroatividade penal (art. 5º, XL, da CF) impede que uma lei penal mais gravosa seja aplicada a fatos anteriores à sua vigência, o que não é o problema do caso, pois a norma ainda sequer entrou em vigor.

Letra E – Incorreta: O princípio da subsidiariedade se aplica quando uma conduta já está punida por um crime mais grave, devendo a norma penal subsidiária ser aplicada apenas na ausência de outra mais grave. Esse princípio não tem relação com o caso, pois a norma proposta por Manuel não trata de subsidiariedade.

Gabarito: Letra C



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (FGV - Psico Pol (PC SC)/PC SC/2024) Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

1. Princípio da legalidade
2. Princípio da intervenção mínima
3. Princípio da culpabilidade
4. Princípio da humanidade

() Este princípio também é chamado de ultima ratio, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

() De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal.

() A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.

() São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
- b) 4 – 3 – 2 – 1.
- c) 2 – 3 – 4 – 1.
- d) 3 – 2 – 1 – 4.
- e) 2 – 3 – 1 – 4.

COMENTÁRIOS

O princípio da intervenção penal mínima também é chamado de ultima ratio, e prega a limitação do poder punitivo do Estado, estabelecendo que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

O princípio da culpabilidade estabelece que é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal, ou seja, uma pessoa somente pode ser responsabilizada criminalmente se tiver agido com dolo ou culpa (o que é tema geralmente trabalhado quando se estuda a “teoria do delito”).



O princípio da legalidade estabelece que ninguém pode receber uma pena que não esteja prevista em lei, já que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, nos termos do art. 1º do CP.

Por fim, o princípio da humanidade, ou da limitação das penas, estabelece que são vedadas penas que violem a dignidade humana.

Logo, a sequência é 2-3-1-4.

Gabarito: E

2. (FGV - AJ (TJ RN)/TJ RN/Judiciária/Direito/2023) 1º cenário: Caio foi preso em flagrante, em razão da prática do crime de tortura. Após a audiência de custódia, Caio foi colocado em liberdade, mediante pagamento de fiança.

2º cenário: João foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de roubo, a uma pena de quatro anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo unitário, em razão da subtração de um telefone celular da vítima Joana. João, no curso do processo, veio a óbito.

Considerando os cenários narrados e as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, é correto afirmar que:

- a) é juridicamente adequada a decisão que exigiu de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é afiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar o perdimento de bens, nos termos da lei, até o limite do patrimônio transferido;
- b) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar o perdimento de bens, nos termos da lei, até o limite do patrimônio transferido;
- c) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar a multa fixada em juízo, até o limite do patrimônio transferido;
- d) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João não terão o dever de reparar o dano causado pelo crime, tampouco de suportar o perdimento de bens;



e) é juridicamente adequada a decisão que exigiu de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é afiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João não terão o dever de reparar o dano causado pelo crime, tampouco de suportar o perdimento de bens.

COMENTÁRIOS

Nos termos do art. 5º, XLIII da CF/88, o crime de tortura é inafiançável, de forma que não se poderia ter exigido de Caio o pagamento de fiança (embora o STF entenda pela possibilidade de concessão de liberdade provisória sem fiança):

Art. 5º (...) XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;
(Regulamento)

Já com relação a João, pelo princípio da intranscendência da pena, seus sucessores não poderão cumprir a pena imposta em seu lugar (nem a pena privativa de liberdade e nem a pena de multa), nos termos do art. 5º, XLV da CF/88:

Art. 5º (...) XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

Todavia, a obrigação de indenizar a vítima pelo prejuízo causado pode ser estendida aos sucessores, até o limite do valor do patrimônio deixado a título de herança, caso haja, bem como a estes pode ser estendido o perdimento de bens, pois estes são efeitos extrapenais secundários da condenação.

GABARITO: LETRA B

3. (FGV / 2022 / SENADO) O princípio da intranscendência da pena veda que

A) o tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse 40 anos.

B) uma pessoa seja novamente punida no Brasil, se já houver cumprido pena pelo mesmo crime no exterior.



C) em caso de concurso de crimes, a pena final aplicável, obtida pelo critério da exasperação da pena de um dos delitos, supere o resultado da soma das penas de cada um deles.

D) o sucessor do condenado pelo crime seja obrigado a reparar o dano causado pelo infrator em valor superior ao que este deixou de herança.

E) se cumpra, no Brasil, pena aplicada por órgão jurisdicional estrangeiro sem o exequatur do STJ.

COMENTÁRIOS

O princípio da intranscendência da pena impede que os sucessores do condenado pelo crime sejam obrigados a reparar o dano causado pelo infrator em valor superior ao que este deixou de herança. Vejamos o art. 5º, XLV da CF/88:

Art. 5º (...) XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

Ou seja, a obrigação de reparar o dano causado pelo crime pode ser executada em face dos herdeiros, mas apenas até o limite do valor deixado a título de herança.

GABARITO: Letra D

4. (FGV / 2022 / MPE-GO) Sandro foi preso em flagrante ao subtrair um pacote de macarrão, cujo valor era R\$9,00, de um hipermercado do bairro onde morava. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Sandro, mas o magistrado rejeitou a peça acusatória, reconhecendo a incidência do princípio da bagatela ou insignificância. O referido princípio exclui a

A) ilicitude.

B) tipicidade formal.

C) culpabilidade.

D) tipicidade material.

E) punibilidade.

COMENTÁRIOS



O princípio da insignificância (ou bagatela) afasta o que se chama de tipicidade material, já que a conduta, embora formalmente típica (prevista em lei como crime), não ofende de forma significativa, no caso concreto, o bem jurídico protegido pela norma. Logo, haverá tipicidade formal, mas não haverá tipicidade material.

GABARITO: Letra D

5. (FGV / 2022 / PCAM) Com relação aos princípios penais, assinale a assertiva incorreta.

- A) Segundo o princípio da legalidade estrita, novos crimes só podem ser criados através de lei ordinária.
- B) O princípio da lesividade parte da premissa que o direito penal só pode incidir em hipóteses de lesão ou risco de lesão a bens jurídico-penais.
- C) O princípio da intranscendência possui previsão constitucional, além de ser acolhido pela jurisprudência dos tribunais superiores
- D) O princípio da adequação social implica na exclusão da tipicidade material diante da prática de condutas criminosas, porém socialmente aceitas.
- E) O princípio da insignificância implica na exclusão da tipicidade formal diante lesão ou risco de lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado.

COMENTÁRIOS

A) CORRETA: Item correto, pois somente lei em sentido estrito pode criminalizar condutas e estabelecer sanções penais, nos termos do art. 1º do CP e do art. 5º, XXXIX da CF/88:

Art. 5º (...) XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

B) CORRETA: Item correto, pois o princípio da lesividade (também chamado de princípio da "ofensividade") parte da premissa que o direito penal só pode criminalizar validamente uma conduta quando essa conduta for capaz de ofender um bem jurídico, seja pela lesão ao bem jurídico (crimes de dano) ou exposição do bem jurídico a risco de lesão (crimes de perigo).

C) CORRETA: Item correto, pois o princípio da intranscendência possui previsão constitucional, além de ser acolhido pela jurisprudência dos tribunais superiores. Encontra-se previsto no art. 5º, XLV da CF/88:



Art. 5º (...) XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

D) CORRETA: Item correto, pois o princípio da adequação social dispõe que condutas tipificadas como criminosas, porém socialmente aceitas, não ofendem o sentimento social de Justiça, de forma que não seriam dotadas de tipicidade material. Ou seja, para o princípio da adequação social, se uma conduta estiver prevista como crime na Lei, mas fora tolerada ou aceita pela sociedade em geral, ficaria afastada a tipicidade material.

E) ERRADA: Item errado, pois o princípio da insignificância (ou bagatela) afasta o que se chama de tipicidade material, já que a conduta, embora formalmente típica (prevista em lei como crime), não ofende de forma significativa, no caso concreto, o bem jurídico protegido pela norma. Logo, haverá tipicidade formal, mas não haverá tipicidade material.

GABARITO: Letra E

6. (FCC/2021/DPE-RR/DEFENSOR) O princípio da bagatela imprópria

A) é reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça em casos de violência doméstica e familiar contra mulher.

B) é aplicado, diante da ausência de previsão legal, por analogia o instituto do arrependimento posterior, com a redução da pena de um terço a dois terços.

C) permite que o julgador deixe de aplicar a pena em razão desta ter se tornado desnecessária.

D) pressupõe para sua aplicação a existência de infração bagatelar própria.

E) possui reflexos na dosimetria da pena, como circunstância atenuante da pena.

COMENTÁRIOS

A infração bagatelar imprópria é aquela na qual se verifica que, apesar de a conduta nascer típica (formal e materialmente típica), fatores outros, ocorridos após a prática do delito, levam à conclusão de que a pena é desnecessária no caso concreto. Assim, permite-se que o julgador deixe de aplicar a pena em razão de esta ter se tornado desnecessária, como se fosse uma espécie de “perdão judicial” sem expressa previsão legal, extinguindo-se a punibilidade.

GABARITO: Letra C



7. (FCC/2018/MPE-PE) Não há crime sem lesão efetiva ou ameaça concreta ao bem jurídico tutelado. Tal enunciado refere-se ao princípio da

- A) proporcionalidade.
- B) intervenção mínima.
- C) ofensividade.
- D) bagatela imprópria.
- E) alteridade.

COMENTÁRIOS

O enunciado se refere ao princípio da ofensividade, ou lesividade.

O princípio da ofensividade estabelece que não basta que o fato seja formalmente típico (tenha previsão legal como crime) para que possa ser considerado crime. É necessário que este fato ofenda (por meio de uma lesão ou exposição a risco de lesão), de maneira grave, um bem jurídico relevante para a sociedade.

Isso porque o poder punitivo do Estado não é um fim em si mesmo. Logo, o Estado somente pode se valer do Direito Penal para limitar as liberdades individuais quando tiver por finalidade a proteção de bens jurídicos (proteger a vida, o patrimônio, a liberdade sexual, a honra, etc.).

Assim, condutas que não são capazes, em abstrato, de afetar um bem jurídico são desprovidas de ofensividade e, portanto, não podem ser consideradas criminosas.

GABARITO: Letra C

8. (FCC/2018/DPE-RS/DEFENSOR) O afastamento da tipicidade, quando verificada lesão penalmente irrelevante decorrente de conduta formalmente incriminada, dá-se por:

- A) princípio da adequação social.
- B) princípio da intervenção mínima.
- C) princípio da humanidade das sanções.
- D) princípio da insignificância.
- E) ineficácia absoluta do meio ou absoluta impropriedade do objeto (crime impossível).



COMENTÁRIOS

O afastamento da tipicidade, quando verificada lesão penalmente insignificante decorrente de conduta formalmente incriminada, dá-se por aplicação do princípio da insignificância ou princípio da bagatela, que estabelece que uma conduta não deve ser considerada materialmente típica se, apesar de formalmente prevista como crime, não ofender no caso concreto de forma significativa o bem jurídico protegido pela norma.

GABARITO: Letra D

9. (FCC – 2018 – GABARITO MP PE – TÉCNICO) Não há crime sem lesão efetiva ou ameaça concreta ao bem jurídico tutelado. Tal enunciado refere-se ao princípio da

- A) proporcionalidade.
- B) intervenção mínima.
- C) ofensividade.
- D) bagatela imprópria.
- E) alteridade.

COMENTÁRIOS

O princípio da ofensividade estabelece que não basta que o fato seja formalmente típico (tenha previsão legal como crime) para que possa ser considerado crime. É necessário que este fato ofenda (por meio de uma lesão ou exposição a risco de lesão), de maneira grave, o bem jurídico pretensamente protegido pela norma penal. Assim, condutas que não são capazes de afetar o bem jurídico são desprovidas de ofensividade e, portanto, não podem ser consideradas criminosas.

GABARITO: Letra C

10. (FCC – 2017 – DPE-RS – ANALISTA PROCESSUAL) O que nos parece é que as duas dimensões do bem jurídico-penal — a valorativa e a pragmática — apresentam áreas de intensa interpenetração, o que origina a tendencial convergência entre elevada dignidade penal e necessidade de tutela penal, assim como, inversamente, entre reduzida dignidade penal e desnecessidade de tutela penal.



(CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Constituição e crime: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização. Porto: Universidade Católica Portuguesa Editora, 1995, p. 424)

Nesse tópico, o tema central do raciocínio da jurista portuguesa radica primacialmente no campo da ideia constitucional de

- a) individualização.
- b) dignidade humana.
- c) irretroatividade.
- d) proporcionalidade.
- e) publicidade.

COMENTÁRIOS: O enunciado da questão trata do princípio da proporcionalidade, ao estabelecer que a maior ou menor relevância de um determinado bem jurídico irá determinar o nível de intervenção do direito penal: quanto mais valioso o bem jurídico, como regra, maior a necessidade de tutela penal, de maneira firme; quanto menos valioso o bem jurídico, menor será a necessidade de intervenção penal.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

11. (FCC – 2017 – DPE-PR – DEFENSOR PÚBLICO) O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra reflexo

- a) no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.
- b) no princípio da subsidiariedade e na teoria da imputação objetiva.
- c) nos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade.
- d) no princípio da fragmentariedade e na proposta funcionalista sistêmica.
- e) na teoria da imputação objetiva e na proposta funcionalista sistêmica

COMENTÁRIOS

O princípio da intervenção penal mínima, ou *ultima ratio*, está relacionado à necessidade de que o Direito Penal intervenha na vida em sociedade apenas quando isto for extremamente necessário e apenas para proteger bens jurídicos relevantes, na hipótese de não ser possível tal proteção pelos demais ramos do Direito. Ou seja: o direito penal não deve ser a primeira opção, e sim a



última. Isto posto, podemos perceber que há uma relação direta entre intervenção penal mínima e os princípios da fragmentariedade (Direito penal só deve proteger os bens mais relevantes) e subsidiariedade (Direito penal só deve intervir quando não for possível a proteção do bem jurídico pelas demais formas de controle social).

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

12. (FCC – 2015 – TJ-SC – JUIZ SUBSTITUTO) A afirmação de que o Direito Penal não constitui um sistema exaustivo de proteção de bens jurídicos, de sorte a abranger todos os bens que constituem o universo de bens do indivíduo, mas representa um sistema descontínuo de seleção de ilícitos decorrentes da necessidade de criminalizá-los ante a indispensabilidade da proteção jurídico-penal, amolda-se, mais exatamente,

- a) ao conceito estrito de reserva legal aplicado ao significado de taxatividade da descrição dos modelos incriminadores.
- b) à descrição do princípio da fragmentariedade do Direito Penal que é corolário do princípio da intervenção mínima e da reserva legal.
- c) à descrição do princípio da culpabilidade como fenômeno social.
- d) ao conteúdo jurídico do princípio de humanidade relacionado ao conceito de Justiça distributiva.
- e) à descrição do princípio da insignificância em sua relativização na busca de mínima proporcionalidade entre gravidade da conduta e cominação de sanção.

COMENTÁRIOS

Tal afirmação se amolda à descrição do princípio da fragmentariedade do Direito Penal.

O princípio da fragmentariedade do Direito Penal está relacionado à IMPORTÂNCIA do bem jurídico para a sociedade. Ou seja, o Direito Penal só poderá tutelar aqueles bens jurídicos especialmente relevantes, cabendo aos demais ramos do Direito a tutela daqueles bens que não sejam dotados de tamanha importância social.

Além disso, pelo caráter SUBSIDIÁRIO do Direito Penal, ele só deve tutelar esses bens jurídicos extremamente relevantes quando não for possível aos demais ramos do Direito exercer esta tarefa, já que o Direito Penal é um instrumento extremamente invasivo.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.



13. (FCC – 2015 – TCM-GO – PROCURADOR) Pedro subtraiu bem móvel pertencente à Administração pública, valendo-se da facilidade propiciada pela condição de funcionário público. Pedro responderá pelo crime de peculato e não pelo delito de furto em decorrência do princípio da

- a) subsidiariedade.
- b) consunção.
- c) especialidade.
- d) progressão criminosa.
- e) alternatividade.

COMENTÁRIOS

Em tese, Pedro teria de responder pelo delito de furto, previsto no art. 155 do CP. Contudo, existe um tipo penal ESPECÍFICO, ESPECIAL, que é o do art. 312, §1º do CP (peculato-furto).

Neste caso, por existir um tipo penal específico para o caso, aplica-se este tipo penal específico, pelo princípio da ESPECIALIDADE.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

14. (FCC – 2015 – DPE-MA – DEFENSOR PÚBLICO) A proscrição de penas cruéis e infamantes, a proibição de tortura e maus-tratos nos interrogatórios policiais e a obrigação imposta ao Estado de dotar sua infraestrutura carcerária de meios e recursos que impeçam a degradação e a dessocialização dos condenados são desdobramentos do princípio da

- a) proporcionalidade.
- b) intervenção mínima do Estado.
- c) fragmentariedade do Direito Penal.
- d) humanidade.
- e) adequação social.

COMENTÁRIOS



Tais previsões são decorrências lógicas do princípio da humanidade, que não se restringe à vedação a determinados tipos de penas (humanidade das penas), mas se aplica a todo o sistema penal e processual penal.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

15. (FCC – 2014 – TRF3 – ANALISTA JUDICIÁRIO) Dentre as ideias estruturantes ou princípios abaixo, todos especialmente importantes ao direito penal brasileiro, NÃO tem expressa e literal disposição constitucional o da

- a) legalidade.
- b) proporcionalidade.
- c) individualização.
- d) pessoalidade.
- e) dignidade humana.

COMENTÁRIOS

Dentre os princípios elencados pela questão, apenas o princípio da proporcionalidade não está expressamente previsto na Constituição Federal, embora possa ser extraído de forma implícita.

Os demais encontram previsão no art. 5º, *caput* e incisos XLVI, XLV e art. 1º, III da Constituição.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual o conceito de Direito Penal?
2. O que caracteriza o princípio da legalidade no Direito Penal?
3. Explique o princípio da anterioridade da lei penal.
4. Quais são as fontes formais imediatas do Direito Penal brasileiro?
5. O que são fontes materiais do Direito Penal?
6. Como o princípio da intervenção mínima limita a atuação do Direito Penal?
7. Qual o papel da jurisprudência como fonte do Direito Penal?
8. Como o princípio da irretroatividade se aplica no Direito Penal?
9. Explique a função do princípio da individualização da pena.
10. Qual a diferença entre o princípio da fragmentariedade e o da subsidiariedade no Direito Penal?
11. Em que consiste o princípio do ne bis in idem?
12. Como o princípio da humanidade das penas influencia o Direito Penal?
13. O que é a abolitio criminis e quais são suas consequências?
14. Qual a relevância do princípio da proporcionalidade na aplicação da pena?



15. Como a Constituição Federal de 1988 assegura o princípio da presunção de inocência no Direito Penal?

Perguntas com respostas

1. Qual o conceito de Direito Penal?

O Direito Penal é o ramo do direito público que define crimes, comina penas e estabelece regras para sua aplicação, visando proteger bens jurídicos fundamentais.

2. O que caracteriza o princípio da legalidade no Direito Penal?

O princípio da legalidade determina que não há crime ou pena sem prévia previsão em lei, impedindo a punição de condutas não previstas legalmente.

3. Explique o princípio da anterioridade da lei penal.

A anterioridade exige que a lei penal esteja vigente antes da prática do fato criminoso para que a conduta possa ser considerada crime.

4. Quais são as fontes formais imediatas do Direito Penal brasileiro?

As fontes formais imediatas do Direito Penal brasileiro são as leis, como a Constituição, o Código Penal e leis penais extravagantes.

5. O que são fontes materiais do Direito Penal?

Fontes materiais são aquelas que determinam o conteúdo das normas penais, como o Poder Legislativo, que cria as leis penais.

6. Como o princípio da intervenção mínima limita a atuação do Direito Penal?

O princípio da intervenção mínima estabelece que o Direito Penal só deve ser aplicado quando estritamente necessário para proteger bens jurídicos essenciais.

7. Qual o papel da jurisprudência como fonte do Direito Penal?

A jurisprudência atua como fonte interpretativa, auxiliando na aplicação das normas penais ao uniformizar entendimentos e esclarecer dúvidas.

8. Como o princípio da irretroatividade se aplica no Direito Penal?

A lei penal mais gravosa não pode retroagir para prejudicar o réu, aplicando-se apenas aos fatos ocorridos após sua vigência.



9. **Explique a função do princípio da individualização da pena.**

Esse princípio determina que a pena deve ser aplicada de forma personalizada, levando em conta as circunstâncias pessoais e o grau de culpabilidade do réu.

10. **Qual a diferença entre o princípio da fragmentariedade e o da subsidiariedade no Direito Penal?**

O princípio da fragmentariedade indica que o Direito Penal protege apenas os bens jurídicos mais relevantes, enquanto o da subsidiariedade determina que ele deve ser usado como último recurso, quando outros ramos do direito não forem suficientes.

11. **Em que consiste o princípio do *ne bis in idem*?**

O princípio do *ne bis in idem* proíbe que uma pessoa seja processada ou punida mais de uma vez pelo mesmo fato.

12. **Como o princípio da humanidade das penas influencia o Direito Penal?**

Esse princípio impede a aplicação de penas cruéis ou desumanas, assegurando que as penas respeitem a dignidade da pessoa humana.

13. **O que é a *abolitio criminis* e quais são suas consequências?**

A *abolitio criminis* ocorre quando uma lei revoga a tipificação de determinado crime, extinguindo a punibilidade de fatos anteriores.

14. **Qual a relevância do princípio da proporcionalidade na aplicação da pena?**

A proporcionalidade assegura que a pena aplicada seja adequada à gravidade do crime e às circunstâncias do caso concreto.

15. **Como a Constituição Federal de 1988 assegura o princípio da presunção de inocência no Direito Penal?**

A Constituição garante que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, consagrando o princípio da presunção de inocência.

...

LISTA DE QUESTÕES

1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024) Manuel é legislador federal e, impactado com determinados crimes cibernéticos que ocorrem na sociedade, decide apresentar um projeto de lei para a criação de um novo tipo criminoso assim preceituado: "causar perplexidade na internet". A pena do delito varia de um a três anos de detenção. Sobre esse projeto, é correto dizer que ele pode violar o princípio penal da:

- a) moralidade.
- b) anterioridade.
- c) taxatividade.
- d) irretroatividade.
- e) subsidiariedade.

GABARITO

GABARITO



1. Letra C			





LISTA DE QUESTÕES

1. (FGV - Psico Pol (PC SC)/PC SC/2024) Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

1. Princípio da legalidade
2. Princípio da intervenção mínima
3. Princípio da culpabilidade
4. Princípio da humanidade

() Este princípio também é chamado de ultima ratio, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

() De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal.

() A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.

() São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
- b) 4 – 3 – 2 – 1.
- c) 2 – 3 – 4 – 1.
- d) 3 – 2 – 1 – 4.
- e) 2 – 3 – 1 – 4.

2. (FGV - AJ (TJ RN)/TJ RN/Judiciária/Direito/2023) 1º cenário: Caio foi preso em flagrante, em razão da prática do crime de tortura. Após a audiência de custódia, Caio foi colocado em liberdade, mediante pagamento de fiança.

2º cenário: João foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de roubo, a uma pena de quatro anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo unitário, em razão da subtração de um telefone celular da vítima Joana. João, no curso do processo, veio a óbito.



Considerando os cenários narrados e as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, é correto afirmar que:

- a) é juridicamente adequada a decisão que exigiu de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é afiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar o perdimento de bens, nos termos da lei, até o limite do patrimônio transferido;
- b) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar o perdimento de bens, nos termos da lei, até o limite do patrimônio transferido;
- c) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar a multa fixada em juízo, até o limite do patrimônio transferido;
- d) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João não terão o dever de reparar o dano causado pelo crime, tampouco de suportar o perdimento de bens;
- e) é juridicamente adequada a decisão que exigiu de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é afiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João não terão o dever de reparar o dano causado pelo crime, tampouco de suportar o perdimento de bens.

3. (FGV / 2022 / SENADO) O princípio da intranscendência da pena veda que

- A) o tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse 40 anos.
- B) uma pessoa seja novamente punida no Brasil, se já houver cumprido pena pelo mesmo crime no exterior.
- C) em caso de concurso de crimes, a pena final aplicável, obtida pelo critério da exasperação da pena de um dos delitos, supere o resultado da soma das penas de cada um deles.
- D) o sucessor do condenado pelo crime seja obrigado a reparar o dano causado pelo infrator em valor superior ao que este deixou de herança.



E) se cumpra, no Brasil, pena aplicada por órgão jurisdicional estrangeiro sem o exequatur do S I J.

4. (FGV / 2022 / MPE-GO) Sandro foi preso em flagrante ao subtrair um pacote de macarrão, cujo valor era R\$9,00, de um supermercado do bairro onde morava. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Sandro, mas o magistrado rejeitou a peça acusatória, reconhecendo a incidência do princípio da bagatela ou insignificância. O referido princípio exclui a

- A) ilicitude.
- B) tipicidade formal.
- C) culpabilidade.
- D) tipicidade material.
- E) punibilidade.

5. (FGV / 2022 / PCAM) Com relação aos princípios penais, assinale a assertiva incorreta.

- A) Segundo o princípio da legalidade estrita, novos crimes só podem ser criados através de lei ordinária.
- B) O princípio da lesividade parte da premissa que o direito penal só pode incidir em hipóteses de lesão ou risco de lesão a bens jurídico-penais.
- C) O princípio da intranscendência possui previsão constitucional, além de ser acolhido pela jurisprudência dos tribunais superiores
- D) O princípio da adequação social implica na exclusão da tipicidade material diante da prática de condutas criminosas, porém socialmente aceitas.
- E) O princípio da insignificância implica na exclusão da tipicidade formal diante lesão ou risco de lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado.

6. (FCC/2021/DPE-RR/DEFENSOR) O princípio da bagatela imprópria

- A) é reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça em casos de violência doméstica e familiar contra mulher.



- B) é aplicado, diante da ausência de previsão legal, por analogia o instituto do arrependimento posterior, com a redução da pena de um terço a dois terços.
- C) permite que o julgador deixe de aplicar a pena em razão desta ter se tornado desnecessária.
- D) pressupõe para sua aplicação a existência de infração bagatela própria.
- E) possui reflexos na dosimetria da pena, como circunstância atenuante da pena.

7. (FCC/2018/MPE-PE) Não há crime sem lesão efetiva ou ameaça concreta ao bem jurídico tutelado. Tal enunciado refere-se ao princípio da

- A) proporcionalidade.
- B) intervenção mínima.
- C) ofensividade.
- D) bagatela imprópria.
- E) alteridade.

8. (FCC/2018/DPE-RS/DEFENSOR) O afastamento da tipicidade, quando verificada lesão penalmente irrelevante decorrente de conduta formalmente incriminada, dá-se por:

- A) princípio da adequação social.
- B) princípio da intervenção mínima.
- C) princípio da humanidade das sanções.
- D) princípio da insignificância.
- E) ineficácia absoluta do meio ou absoluta impropriedade do objeto (crime impossível).

9. (FCC – 2018 – GABARITO MP PE – TÉCNICO) Não há crime sem lesão efetiva ou ameaça concreta ao bem jurídico tutelado. Tal enunciado refere-se ao princípio da

- A) proporcionalidade.



- B) intervenção mínima.
- C) ofensividade.
- D) bagatela imprópria.
- E) alteridade.

10. (FCC – 2017 – DPE-RS – ANALISTA PROCESSUAL) O que nos parece é que as duas dimensões do bem jurídico-penal — a valorativa e a pragmática — apresentam áreas de intensa interpenetração, o que origina a tendencial convergência entre elevada dignidade penal e necessidade de tutela penal, assim como, inversamente, entre reduzida dignidade penal e desnecessidade de tutela penal.

(CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Constituição e crime: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização. Porto: Universidade Católica Portuguesa Editora, 1995, p. 424)

Nesse tópico, o tema central do raciocínio da jurista portuguesa radica primacialmente no campo da ideia constitucional de

- a) individualização.
- b) dignidade humana.
- c) irretroatividade.
- d) proporcionalidade.
- e) publicidade.

11. (FCC – 2017 – DPE-PR – DEFENSOR PÚBLICO) O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra reflexo

- a) no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.
- b) no princípio da subsidiariedade e na teoria da imputação objetiva.
- c) nos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade.
- d) no princípio da fragmentariedade e na proposta funcionalista sistêmica.



e) na teoria da imputação objetiva e na proposta funcionalista sistêmica

12. (FCC – 2015 – TJ-SC – JUIZ SUBSTITUTO) A afirmação de que o Direito Penal não constitui um sistema exaustivo de proteção de bens jurídicos, de sorte a abranger todos os bens que constituem o universo de bens do indivíduo, mas representa um sistema descontínuo de seleção de ilícitos decorrentes da necessidade de criminalizá-los ante a indispensabilidade da proteção jurídico-penal, amolda-se, mais exatamente,

a) ao conceito estrito de reserva legal aplicado ao significado de taxatividade da descrição dos modelos incriminadores.

b) à descrição do princípio da fragmentariedade do Direito Penal que é corolário do princípio da intervenção mínima e da reserva legal.

c) à descrição do princípio da culpabilidade como fenômeno social.

d) ao conteúdo jurídico do princípio de humanidade relacionado ao conceito de Justiça distributiva.

e) à descrição do princípio da insignificância em sua relativização na busca de mínima proporcionalidade entre gravidade da conduta e cominação de sanção.

13. (FCC – 2015 – TCM-GO – PROCURADOR) Pedro subtraiu bem móvel pertencente à Administração pública, valendo-se da facilidade propiciada pela condição de funcionário público. Pedro responderá pelo crime de peculato e não pelo delito de furto em decorrência do princípio da

a) subsidiariedade.

b) consunção.

c) especialidade.

d) progressão criminosa.

e) alternatividade.

14. (FCC – 2015 – DPE-MA – DEFENSOR PÚBLICO) A proscrição de penas cruéis e infamantes, a proibição de tortura e maus-tratos nos interrogatórios policiais e a obrigação imposta ao Estado



de dotar sua infraestrutura carcerária de meios e recursos que impeçam a degradação e a dessocialização dos condenados são desdobramentos do princípio da

- a) proporcionalidade.
- b) intervenção mínima do Estado.
- c) fragmentariedade do Direito Penal.
- d) humanidade.
- e) adequação social.

15. (FCC – 2014 – TRF3 – ANALISTA JUDICIÁRIO) Dentre as ideias estruturantes ou princípios abaixo, todos especialmente importantes ao direito penal brasileiro, NÃO tem expressa e literal disposição constitucional o da

- a) legalidade.
- b) proporcionalidade.
- c) individualização.
- d) pessoalidade.
- e) dignidade humana.



GABARITO



1. E	2. B	3. D	4. D	5. E
6. C	7. C	8. D	9. C	10. D
11. C	12. B	13. C	14. D	15. B



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.